



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 663268 - MG (2021/0129882-1)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : MARIA LUZINETE PEREIRA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : MARIA LUZINETE PEREIRA DOS SANTOS - MG135938  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOSE ARLENCERLE RODRIGUES PEREIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : PEDRO HENRIQUE COSTA  
**CORRÉU** : ANDERSON BARBOSA DE SOUZA  
**CORRÉU** : LEONARDO DE ANDRADE  
**CORRÉU** : ANDREA BEATRIZ DA SILVA  
**CORRÉU** : BERNARDO ALEXANDRE DE ANDRADE  
**CORRÉU** : ROBSON ALVES DE LIMA  
**CORRÉU** : ANTONIO COSTA REIS  
**CORRÉU** : EDVALDO FERREIRA DOS ANJOS  
**CORRÉU** : ORISMAR ALVES MARANHÃO  
**CORRÉU** : TARCISIO DOS REIS  
**CORRÉU** : WESLEY JENILSON PEREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : JULIO CESAR CARDOSO TORQUATO  
**CORRÉU** : DEYBSON DA SILVA PEREIRA  
**CORRÉU** : CLEYTON GABRIEL SANTOS PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ARLENCERLE RODRIGUES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Proc. n. 1.0267.18.000733-3/001 ).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, incisos I, III e IV, c/c o art. 14, inciso II, 148, §2º, e 288, parágrafo único, todos do Código Penal, além dos arts. 14, 15 e 16, parágrafo único, inciso IV, todos da Lei 10.826/2003.

A impetrante sustenta constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente teve decretada a sua prisão preventiva há mais de 3 anos.

Requer, liminarmente, que seja relaxada/revogada a prisão preventiva, concedida a liberdade provisória com ou sem medidas cautelares, sem fiança, determinando a expedição do competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

Antes da apreciação do pedido de liminar, o Ministro Relator solicitou informações à Corte de origem, as quais foram prestadas às fls. 158-189.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente prova pré-constituída da alegada flagrante ilegalidade, que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica, de plano, no caso em exame.

Não obstante os fundamentos apresentados na inicial, especialmente em relação ao longo prazo de suposta tramitação do recurso perante o Tribunal, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, o que se apresenta incompatível com a análise cautelar feita nesta fase, em plantão judiciário.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente